



CONTRIBUIÇÃO DA ANET PARA:

- ESPAÇO PORTUGUÊS DO ENSINO SUPERIOR
- ESPAÇO CPLP DO ENSINO SUPERIOR

1. O Plano Tecnológico

O Governo Português, numa tentativa de desenvolver e modernizar o país, apresentou o Plano Tecnológico. Este plano, para além de um conjunto de medidas e projectos específicos, transporta consigo, essencialmente, uma ideia: a de que cada um de nós, indivíduos, ou cada instituição, seja pública ou privada, deve interiorizar uma nova forma de encarar o conhecimento, como instrumento para o desenvolvimento, alterando mentalidades e atitudes não esperando pelas iniciativas do estado para resolver os seus problemas. Cada um de nós tem, portanto, a responsabilidade de tomar medidas para alterar os modelos tradicionais de organização da sociedade portuguesa, adaptando-a a novos tempos e a novas tecnologias. É partindo desta interpretação do que é o Plano tecnológico que a ANET como associação de direito público que representa um número significativo de profissionais considerou não poder alhear-se deste esforço nacional e, no nosso caso específico, passa necessariamente

por um reforço generalizado das competências dos engenheiros técnicos a todos os níveis de intervenção profissional e cívica.

É tempo de acabar com as lamentações e temos que passar à acção.

A ANET, aquando do IVº Fórum Ibérico realizado em 2003, no Funchal, realizado conjuntamente com os nossos colegas do INITE, de Espanha, concluiu dever implementar um vasto programa de formação que agora conhece novos desenvolvimentos com a constituição da “Academia dos Engenheiros Técnicos”. Esta instituição tem como objectivo a tomada de iniciativas que permitam aos engenheiros técnicos dispor de um vasto leque em termos de oferta de formação o longo da vida, tanto em qualidade como em quantidade, já que se constatou que, apesar do concurso aberto e dos convites feitos, a oferta não foi aquela que se esperava e muito menos a necessária.

2. Apresentação do conceito de “UNIVERSIDADE POLITECNICA”

A ANET - Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos tem como missão principal a atribuição do título profissional de Engenheiro Técnico. Esse título profissional resulta da reunião de 2 condições:

- A) A conclusão de um curso superior em engenharia com um mínimo de 180 ECTS (excluindo estágio)
- B) A realização de um estágio tutelado pela ANET de duração mínima de 6 meses;

Após termos efectuado a definição das grelhas dos actos de engenharia por especialidade, um trabalho que nos demorou alguns anos a concluir, estabelecemos os standards relativamente às

competências que cada escola deve proporcionar aos seus estudantes de cada especialidade. Até agora, a esmagadora maioria dos comentários que nos chegaram são extremamente positivos e verificámos que esse documento constitui, nos dias de hoje, um guia para as instituições de ensino superior procederem à reforma curricular dos seus cursos. Dos pouquíssimos comentários negativos recebidos, considerámos que alguns tinham razão de ser e deram origem a pequenos ajustes de pormenor ao documento. Estamos a falar do documento intitulado “Processo de Bolonha e as suas implicações para a Engenharia Portuguesa” disponível na nossa página WEB para quem estiver interessado.

Durante os processos de acreditação que decorrem, e das discussões mantidas com diversas personalidades desse meio, chegámos à conclusão que há lugar à participação da ANET nesse espaço.

Muito embora a ANET não tenha como vocação a exploração de escolas superiores e porque não somos de esperar que venha alguém de fora para nos resolver os problemas, entendemos ser a altura de avançar com propostas concretas nestas áreas.

Para tal foi criada a Academia dos Engenheiros Técnicos, que tem como missão dinamizar processos de formação, sejam de curta, média ou longa duração. Para este efeito, a Academia irá associar-se a entidades já existentes, e dessa associação sairão propostas de criação da UNIVERSIDADE POLITÉCNICA PORTUGUESA, a qual assegura efectivamente e de forma permanente uma efectiva ligação ao mundo empresarial com a existência de um Conselho de Opinião que

participe no desenvolvimento curricular das Escolas e que valide as propostas curriculares.

A Academia dos Engenheiros Técnicos foi criada em conjunto com o SNE - Sindicato Nacional dos Engenheiros, para tomar iniciativas concretas no sentido de preencher essa lacuna detectada em termos de formação inicial e de formação ao longo da vida.

A Academia está aberta à participação de outras entidades que, tendo como objectivo primeiro o desenvolvimento da engenharia portuguesa e da qualidade profissional dos engenheiros portugueses, tenham vontade de desenvolver a associação. Está portanto aberta à participação de outras pessoas, individuais ou colectivas.

3. A Universidade Politécnica Portuguesa

Já há algum tempo a ANET tem vindo a propor a definição clara dos objectivos dos subsistemas do ensino superior. Não faz sentido, pelo menos em termos de engenharia, que exista uma engenharia dita de concepção (supostamente na Universidade) e uma engenharia dita de execução (a do Politécnico). Uma não vive sem a outra. É verdade que podem haver escolas (em numero reduzido) que se dediquem basicamente à investigação pura mas seguramente a maior fatia não deve ter essas características.

Por esse motivo, temos vindo a propor em vários fóruns, mais ou menos privados, a criação da figura das Universidades Politécnicas, tal como existem noutros países com outros níveis de

desenvolvimento bem mais capazes de responder aos desafios do futuro.

A Universidade Politécnica Portuguesa terá origem na agregação de diversas Escolas Superiores, umas já existentes, outras em processo de criação.

A Academia dos Engenheiros Técnicos irá adquirir participações no capital social de cada uma dessas entidades, e este acto tem os seguintes objectivos fundamentais:

- a) Em face da existência de Escolas Superiores em pleno funcionamento, existe a possibilidade de abertura de cursos superiores de engenharia (designadamente de Engenharia Civil), ou outros cursos superiores (ex: Informática, Electrotecnia ou Gestão) alargando o espectro de formações das instituições. Das instituições atrás enumeradas, as que ainda não se encontram em funcionamento trazem um *apport* de propostas já efectuadas que nós consideramos muito interessantes.
- b) A possibilidade que se abre aos actuais associados no que diz respeito ao prosseguimento de estudos , mais concretamente no que diz respeito à obtenção dos 2º e 3º ciclo do Ensino Superior, numa perspectiva “pós-Bolonha”, aspecto que tem vindo a ser incentivado na nossa classe;
- c) A possibilidade de proporcionar aos actuais membros da ANET um conjunto de serviços de formação só atingíveis através da entrada directa no capital social destas entidades,

dado o bloqueio existente. Esses serviços de formação abrangem as áreas da formação ao longo da vida e das pós-graduações;

Esta participação corresponde a uma tentativa de “revolucionar por dentro” o espaço do ensino superior, indicando caminhos a prosseguir, procurando aumentar a oferta nacional de educação superior designadamente no que concerne às tecnologias e às engenharias.

Para além disso é objectivo estratégico que essas instituições se possam constituir como exemplo em termos de funcionamento, qualidade e rigor, na linha das ideias que a ANET preconiza para todo o Ensino Superior.

Existe ainda uma segunda linha de razões para essa participação directa: A credibilidade que uma entidade como a ANET traz para esse tipo de escolas, potenciado com uma proposta revolucionária em termos de Ensino Superior em Portugal, permitindo-lhe outro tipo de “voos”, como seja a expansão da actividade:

a) A outros locais (Porto, Ponta Delgada e Madeira, Cabo Verde, Huambo, etc.), levando o ensino superior nesta área a locais que sejam estrategicamente relevantes para a ANET e para a Engenharia Portuguesa;

No caso particular de Cabo Verde nas áreas Tecnológicas e Huambo, várias áreas de engenharia, com destaque para Engenharia Civil.

b) A outros públicos (ATAE, Topógrafos, Urbanistas), reconhecendo as suas experiências, por um lado, e proporcionando-lhes a formação superior complementar através de cursos especificamente desenhados para esses públicos, por forma a habilitá-los com as bases científicas e técnicas de que eles necessitam para serem titulares do grau de Engenheiro Técnico. Esta vertente aumentará necessariamente “peso específico” da nossa associação na sociedade portuguesa

Como é evidente esta nossa proposta implica que a Lei seja alterada.

4. Em conclusão

Novos tempos e novos desafios se avizinham.

Como é hábito os Engenheiros Técnicos não terão a vida facilitada. Nunca tiveram e não prevemos que isso venha a acontecer.

Aquilo que temos vindo paulatinamente a conquistar foi, como se costuma dizer, “a pulso”, com enorme esforço mas maior determinação. Hoje não restam dúvidas de que a nossa participação nos grandes desafios com que Portugal se depara empresta à discussão novas ideias, melhores soluções, e a ANET está completamente disponível para contribuir de forma positiva e com qualidade para a resolução dos problemas.

Como perceberam, esta minha comunicação deixou de lado o passado e virou-se decisivamente para o futuro.

Não que o passado nos envergonhe, muito longe disso. Mas é no futuro que as maiores vitórias nos esperam. Assim sejamos TODOS, e sublinho a palavra TODOS, capazes de estar à altura dos desafios agora colocados.

Muito obrigado.

Augusto Ferreira Guedes
Presidente da ANET
27/Abril/2006